

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE QUITO (EQUADOR)

THE PRODUCTION OF SPACE IN QUITO CITY (ECUADOR)

LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN LA CIUDAD DE QUITO (ECUADOR)

Luís Hernán Villacis Taco

Universidad Estatal de Bolívar, Escuela de Administración para Desastres y Gestión del Riesgo, Guaranda, Ecuador
luisvillacis_5@yahoo.com

RESUMO

A cidade de Quito capital do Equador, situada na Cordilheira dos Andes a 2850 metros sobre o nível do mar, cuja existência se remonta aos períodos pré-conquista espanhola inclusive pré-conquista inca, tem passado por uma série de processos e transformações que a levaram de ser uma vila administrativa até ser hoje uma cidade moderna e atrativa aos olhos do mundo e dos investimentos nacionais e estrangeiros. Nesse processo de produção de espaço urbano que é um reflexo das relações sociais de produção, estiveram e continuam envolvidos uma serie de agentes como os donos da terra, o setor da construção, os grupos dominantes e os grupos sociais sob a atuação do Estado mediante ações ou omissões. Essa interação e resistência entre esses agentes originou diversas formas físicas no espaço da cidade ambientando-se ou adequando-se à geomorfologia própria do território que ao ver superado seus limites físicos gerou cornubações com paróquias rurais quanto municípios vizinhos. Mas essa expansão não acontece de um jeito uniforme, nem igualitário, mas sim gerando desequilíbrios e disparidades que se observam na dotação de serviços e equipamentos, no acesso a moradia própria e condições de vida em geral; desequilíbrios que são consequência da atuação do capital e seus interesses no espaço urbano, o que por sua vez desenvolveu várias centralidades com características e funcionalidades particulares dependendo do tipo de urbanização e população a qual está dirigida.

Palavras-chave: Planejamento; urbanização, Quito; centralidade.

ABSTRACT

The city of Quito, capital of Ecuador, located in the Andes at 2850 meters above sea level, whose existence dates back to the pre Spanish conquest periods, even pre Inca conquest, has gone through a series of processes and transformations which transformed the city from an administrative town to a modern and attractive city in the eyes of the world, for domestic and foreign investment. In the process of production of urban space that is a reflection of the social relations of production, a number of agents were and continue to be involved. Some of the agents are landowners, the construction sector, the dominant groups and social groups, all under State performance through actions or omissions. The interaction and resistance among these agents originated different physical forms in the space of the city, shaping or adapting to the geomorphology of the territory that saw its physical limits exceeded and generated conurbations with rural parishes as neighboring municipalities. However this expansion does not occur uniformly nor in an egalitarian way, instead, it generates imbalances and disparities observed in the provision of services and equipment, access to housing and imbalanced living conditions in general, which result from the capital interests in urban space, which in turn unfolded several concentration points with particular

characteristics and features that depend on the type of urbanization and population to which they are addressed.

Keywords: Management; urbanization; Quito; centrality.

RESUMEN

La ciudad de Quito capital del Ecuador, situada en la Cordillera de los Andes a 2850 metros sobre el nivel del mar, cuya existencia se remonta a los períodos pre-conquista española incluso pre-conquista inca, ha pasado por una serie de procesos y transformaciones que la llevaron de ser una villa administrativa hasta ser hoy una ciudad moderna y atractiva a los ojos del mundo y de las inversiones nacionales y extranjeras. En este proceso de producción de espacio urbano que es un reflejo de las relaciones sociales de producción, estuvieron y continúan involucrados una serie de agentes como los dueños de la tierra, el sector de la construcción, los grupos dominantes y los grupos sociales bajo la actuación del Estado mediante acciones o omisiones. Esta interacción y resistencia entre esos agentes originó diversas formas físicas en el espacio de la ciudad ambientándose o adecuándose a la geomorfología propia del territorio que al ver superado sus límites físicos generó cornubaciones con parroquias rurales como municipios vecinos. Pero esta expansión no ocurre de una manera uniforme, ni igualitaria, sino generando desequilibrios y disparidades que se observan en la dotación de servicios y equipamientos, en el acceso a la vivienda propia y condiciones de vida en general; los desequilibrios que son consecuencia de la actuación del capital y sus intereses en el espacio urbano, lo que a su vez desarrolló varias centrales con características y funcionalidades particulares dependiendo del tipo de urbanización y población a la que está dirigida.

Palabras clave: Planificación; urbanización, Quito; centralidad.

INTRODUÇÃO

A Urbanização é um processo que resulta da reprodução das relações sociais, construído no espaço e se refletindo principalmente na cidade. Esse processo dependendo da época girava em torno de algumas atividades ou situações externas como: agricultura, segurança, troca de produtos, propagação de atividades religiosas, pressões demográficas, demandas administrativas, desenvolvimento institucional, entre outras, até hoje que está relacionada principalmente às relações sociais de produção que tem a ver com o capitalismo e a globalização, porém, não se deve deixar-se de lado aquilo que Soja (2008, p. 57) descreve como força ou tendência à aglomeração e como uma das importantes causas que agiram no desaparecimento das pequenas aldeias e formação das primeiras cidades, e que ainda atuam atualmente para o estabelecimento de uma cidade ou seu crescimento, o Sinecismo.

Reafirmando essa importância do Sinecismo (já que alguns autores colocam a origem da grande cidade ou a urbanização unicamente só com o aparecimento das indústrias) e a ideia de que a urbanização, assim como a intensidade do processo muda com a época, é importante colocar o apontamento de Limonad (1999), que afirma que “antes do surgimento do capitalismo já havia cidades e urbanização, desde que existe uma divisão social e territorial do trabalho. Não se trata, obviamente, sempre da mesma urbanização. No decorrer do processo histórico ela muda de qualidade e significado conforme se transforma o meio técnico-

científico. Ou seja, a estruturação do território, da qual a urbanização é parte integrante, não é estática, mas muda de caráter em termos de peso e significado/qualidade” (Limonad, 1999, p. 79).

Se vamos colocar ou comparar esta situação na cidade de Quito, corresponde à época do “Reino de Quito” quando este território exercia como sede para a nacionalidade dos Quitucas e depois como parte do Império Inca, onde já existiam monarquias, classes sociais, divisão de trabalho e demais características de uma cidade-estado que cumpria com os padrões do processo de urbanização. Já para definir aquelas características da urbanização a nível mundial, representada principalmente pela cidade moderna capitalista que vá deslocando à cidade-estado, vamos destacar os trabalhos de Harvey e Lobato, os quais nos ajudam a compreender sob quais condições esta se produz e como vai se apresentando no espaço.

Porém para ver de que modo se refletiram em Quito, temos que diferenciar as condições de uma cidade localizada no trópico alto onde esses movimentos se adequaram à realidade geomorfológica e orográfica própria para se reproduzir, para o qual caminharemos com os autores locais. Então sendo a cidade o espaço urbano onde se produzem as relações sociais, existem também usos da terra específicos onde toma forma cada uma, gerando um espaço fragmentado com certo arranjo dependendo da especificidade do uso e reproduzindo também a diferenciação de classes e segregações consequentes, pelo qual pode se afirmar que a urbanização é um processo de reprodução de desigualdades (CORRÊA, 1989; GUSMÃO, SOARES, 2018).

Para compreender melhor este processo e como aconteceu e acontece em Quito vamos separar a urbanização em dois grupos: os agentes envolvidos e as formas que produzidas no espaço, tal como faz Lobato Corrêa na sua obra “O Espaço Urbano” publicada em 1989, de tal maneira que podamos acompanhar de melhor maneira a complexidade que implica a produção de espaço na cidade.

Agentes da urbanização em Quito São os atores que produzem as diversas relações sociais que geram o espaço urbano na cidade, ou agentes sociais como os define Roberto Lobato Corrêa (1989. p.12) quem os classifica da seguinte maneira: - os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais. - os proprietários fundiários - os promotores imobiliários - o Estado - os grupos sociais excluídos. Nenhum deles age de forma isolada, mas sim coordenada, principalmente os três primeiros, os quais legitimam seu acionar através do Estado e são responsáveis da produção da maior parte do espaço urbano desde a formalidade.

Os grupos sociais são os que produzem o espaço urbano a partir da resistência e da luta pelo acesso à cidade muitas vezes a partir da informalidade, razão pela qual o autor coloca o termo “excluídos”, mas como vamos analisar modelar esses espaços, produzindo em certas ocasiões desapropriações com ajuda do Estado e gerando muitas vezes conflitos com os outros atores do processo de urbanização. Podem encontrar indústrias de todo tipo incluindo aquelas próprias da globalização ou modernização como, por exemplo, de comunicações ou montadoras de veículos relacionadas a corporações internacionais. Mas as entre as principais podemos mencionar indústrias da alimentação, têxtil, plásticos, insumos e obviamente aquelas indústrias relacionadas à construção como aço, cimento, cerâmica entre outras.

Os proprietários fundiários são os grandes proprietários de terras geralmente procurando de obter a maior renda, usando o solo de maneira agrícola, pecuária, comercial, residencial ou outros. Esses tipos de uso lhes permite aumentar seus lucros, comparando com a inatividade do solo. No entanto, quando isso acontece quase sempre se trata de terras sob a presença da especulação à espera de uma revalorização por causa de alguma obra ou infraestrutura pública ou privada nas proximidades, o que no Equador vêm sendo conhecidas como “terras de engorde”. Essa revalorização acontece pela troca de uso, geralmente de agrícola ou pecuário para uso residencial/comercial, o que em outras palavras é uma mudança de terra rural para terra urbana que é reforçada pelo Estado na hora de autorizar estes novos espaços mediante zoneamentos urbanos.

Essas situações acontecem principalmente nas periferias urbanas para onde se dirigem as demandas por moradia, e em uma cidade longa e estreita como Quito pode se notar nos seus extremos a rapidez com que essas terras mudam o seu uso, na maioria dos casos, os proprietários fundiários em conjunto com promotores do setor imobiliário manejam a oferta e demanda das “melhores terras” para ser urbanizadas. Na procura de chegar aos grupos com capacidade para pagar e aceder a estas terras por meio do mercado formal oferecem certas vantagens como menores declividades, melhor clima, zonas tranquilas longe dos problemas do trânsito e áreas comerciais assim como proximidade à infraestrutura de saúde, educação, entre outras por meio de estradas ou autopistas de conexão importantes

Aqui se pode fazer uma diferenciação no referente ao tema das vantagens ou exclusividades que procura a classe nobre na hora de estabelecer a sua moradia. Aquele status dado pela paisagem, geralmente associado com a proximidade de uma zona a algum atrativo natural, como por exemplo, a proximidade ao mar na Zona Sul do Rio de Janeiro, ou Puerto Madero em Buenos Aires que fica na orla do Rio de La Plata e tem desenvolvido zonas nobres em seu entorno delas; em uma cidade de altitude como Quito, geralmente os atrativos

naturais estão mais altos ainda ou afastados, sem desmerecer as belas montanhas e nevados, estão ai à vista para quase a totalidade da população e não se pode falar de que a paisagem seja uma das coisas levadas a conta como vantagem ou símbolo de status na altura.

URBANIZAÇÃO E SUAS PARTICULARIDADES NA CIDADE DE QUITO

Outra das consequências dessa mudança no uso do solo se pode evidenciar também na questão ambiental, já que em Quito ao mudar as terras agrícolas para áreas urbanas, a pressão por novas terras agrícolas ou pecuárias se faz para as zonas mais altas, sobre aproximadamente os 3500 metros consideradas de proteção, já que são áreas ecologicamente frágeis onde se encontra a vegetação do páramo, responsável pela absorção de água, o que também gera problemas futuros para o abastecimento da cidade caso não exista monitoramento e controle. Na cidade os proprietários fundiários estão representados geralmente por fazendeiros herdeiros das grandes terras desde a época da Colônia, onde grande quantidade de terras foi propriedade da igreja e que a partir do ano 1908 mediante a “Ley de Beneficencia” muitas dessas terras passam a ser propriedade do Estado Equatoriano.

Já em 1973 se deu a lei de Reforma Agraria no país, o qual é outro importante fato para a divisão de fazendas, onde algumas delas foram usadas para a conformação de comunidades e que posteriormente deram passo à conformação de bairros por pressão dos moradores para que a prefeitura dotasse de serviços básicos. Existe o caso de outras comunidades que se aferram à sua identidade ancestral e tentam manter a propriedade e produção coletiva da terra, mas “independente como as comunas mantêm suas terras, estas voltam a ser assediadas no ciclo de expansão urbana dos últimos 25 anos. O fracionamento e mercado de terras comunitárias é, sem dúvida um dos elementos que incidem na conformação territorial das paróquias locadas na periferia de Quito” (SIPAE, 2013, p. 12-13).

Muitos desses grandes proprietários dedicam suas terras para a produção ou abastecimento de alimentos para a cidade através de importantes indústrias, nesse caso os proprietários fundiários são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção. No Equador e em Quito, mesmo ocorrendo uma Reforma Agraria, a situação quase não mudou, ocorrendo a entrega de terras mais altas para os camponeses majoritariamente indígenas, algumas sobre 4000 metros sobre o nível do mar, as quais apresentam serias dificuldades para atividades produtivas como baixas temperaturas, ventos, declividade, entre outras, então o trabalhador só usando a terra própria para morar, mas voltando para procurar emprego na fazenda, que ainda que tenha diminuído seu tamanho, por um lado, se modernizou também, para continuar mantendo a relação proprietário-trabalhador em termos de exploração.

A forma na que eles continuaram o seu modo de produção foi o tradicional Huasipungo, um pequeno pedaço de terra que o trabalhador indígena recebia como forma de pago, mas tendo que continuar trabalhando dentro do grande latifúndio. Os promotores imobiliários são aqueles atores interessados em obter lucro a partir da venda de imóveis e que estão envolvidos em todas as etapas que intervêm para a consecução do objetivo, desde a inversão do capital (terreno, materiais, contratação de mão de obra), o desenho/construção, até a promoção e a venda do imóvel. Esses agentes estão ligados a outros que fornecem ferramentas e que ajudam e se beneficiam do setor imobiliário como provedores de matéria prima, proprietários fundiários, instituições financeiras e o próprio Estado. Quito, como cidade que está em um constante processo urbanização, tem uma forte demanda por moradia que abarca toda a gama de classes sociais e econômicas, mas os grandes promotores imobiliários se enfocam quase sempre para um setor em particular, aquele que é capaz de pagar as suas inovações, materiais e especificações, deixando para promotores menores o segmento de população de menor renda ou estabelecendo alianças com o Estado no que são os programas de moradia populares. Corrêa (1989, p.22), em situação a isto diz:

O capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas populares. Numa sociedade onde parte ponderável da população não tem acesso à casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel, a estratégia dos promotores imobiliários é basicamente a seguinte: Dirigir-se, em primeiro lugar, à produção de residências para satisfazer a demanda solvável; e Obter ajuda do Estado no sentido de tornar solúvel a produção de residências para satisfazer a demanda não solvável.

Uma das principais estratégias de como operam os promotores imobiliários é o financiamento. Em este marco de referência cobra importância da ação das mutualistas, verdadeiros bancos destinados a financiar a moradia ao longo prazo com subsídios a 16 interesses e grandes utilidades. Estas empresas, ao igual que o Banco Equatoriano da Moradia e o Instituto Equatoriano de Seguridade Social; num início foram entidades eminentemente financeiras de moradias particulares, mas ao pouco tempo empreenderam em programas vastos e massivos de construção, abarcando os materiais estratégicos e dando margem a o que se tem denominado a constituição do monopólio da construção em Quito (ACHIG, 1983. p. 76).

Além do financiamento, o assessoramento técnico foi outra forma de intervenção estrangeira, não de outra forma pode se explicar, por exemplo, o informe do economista norte-americano Sheitter, quem planteia que a principal indústria que deve incentivar-se em Quito é a indústria da construção, para o qual se requer empréstamos externos, liberação de todo tipo de importação relacionado com o tema e que a prefeitura deverá garantir e estimular a iniciativa privada mediante a

realização das obras de infraestrutura. Os fatos comprovam o sometimento às sugestões do experto (ACHIG, 1983, p. 91).

O Estado dentro da cidade moderna regula ou organiza o espaço através de leis, zoneamentos, planejamentos, sendo também um grande consumidor, já que faz parte dos demais atores que intervêm no processo de urbanização podendo fazer o papel articulador para o grande industrial, proprietário fundiário ou promotor imobiliário. Em Quito, esta representação é feita por três níveis de governo, em virtude de que a cidade é além de município, capital de província e capital de país. A Prefeitura é quem dirige e regula o uso do solo, porém grandes ou importantes obras do governo nacional têm gerado ou modificado processos de urbanização ou como pode se dizer hoje metropolização.

O Estado tem vários instrumentos como aponta Corrêa (1989, p. 24), que são usados na produção do espaço: a) Direito de desapropriação e precedência na compra de terras; b) Regulamento do uso do solo; c) Controle e limitação dos preços das terras; d) Limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; e) Impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; f) Taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; g) Mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; h) Investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infraestrutura; i) Organização de mecanismos de crédito à habitação; e, j) Pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material. Estado e capital possuem associação íntima, também na América do Sul (SOARES et al., 2016).

Porém, a maioria desses instrumentos corresponde legalmente ao nível local pelas competências constitucionais e ratificadas no artigo N°55 do código orgânico de organização territorial, autonomia y descentralización (COOTAD), sendo que esses instrumentos são usados de acordo com a linha política do governo e os interesses dos seus mais importantes aliados ou representados. Na cidade moderna, o estado e principalmente as prefeituras além dos administradores passaram a se adequar ao movimento urbano sob a ótica capitalista. Harvey chamou essa participação do estado como mudança do administrativo urbano ao empreendedorismo urbano, destacando que:

Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado. No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia (HARVEY, 2005, p. 79).

Na mesma obra cita a frase mais radical de Marx que diz: “O executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia” (MARX, ENGELS, 1952, p. 44 *apud* HARVEY 2005, p.79). Os grupos sociais excluídos estão representados por aqueles grupos que carecem ou têm baixo acesso à alimentação, educação, saúde, emprego, enquanto espacialmente ou dentro de uma visão relacionada ao processo de urbanização, poderíamos dizer que são aqueles com baixo acesso à moradia ou habitação, assim com serviços e infraestrutura básicos.

Esses segmentos são vítimas da desigualdade existente entre a oferta formal de terrenos urbanizados e a renda de uma parte importante da demanda. Isto faz que exista uma considerável diferença entre a capacidade de pago dos segmentos pobres da população e os preços determinados pela oferta. Em outras palavras, a oferta formal, privada e pública, cujos preços consideram os custos de urbanização e o respectivo lucro, não estão ao alcance dos pobres que constituem a demanda não solvente (CALDERÓN, 1999, p. 11 *apud* MENA, 2010, p. 9). Esses grupos conseguem ascender à moradia no que comumente se conhece como assentamentos populares, sob algumas condições que dependem dos outros agentes urbanizadores em aqueles espaços ou projetos que ficam sobrando ou não são dirigidos à demanda solvável da população, por tal motivo segundo Corrêa (1989, p.30), não poderiam ser considerados como agentes modeladores do espaço, mas no momento de aceder pelos meios não formais como invasões ou ocupações entram dentro dessa categoria também.

Em Quito, podemos mencionar principalmente aos grupos indígenas como os primeiros representantes dos grupos sociais excluídos desde a época pós-conquista quando estiveram localizados em zonas rurais e periferias das áreas consolidadas, e que acediam às zonas urbanizadas ou com algum tipo de privilegio só em condição de serventes dos colonizadores espanhóis, autoridades e igreja. Com o avanço do tempo e a urbanização podemos identificá-los nos assentamentos populares no centro da cidade e em zonas desvalorizadas de certos setores da cidade, onde os primeiros moradores desses lugares saíram em procura de status, o que foi aproveitado pelos grupos populares ou de baixa renda para se estabelecer. Nesses casos dependem dos proprietários dos imóveis e os preços que eles decidam colocar, os quais ao ver poucas oportunidades geralmente colocam valores relativamente baixos.

Outro caso que se reproduz com frequência em Quito são assentamentos populares nas periferias urbanas ou zonas rurais onde as pessoas têm acesso à moradia principalmente pelo sistema de autoconstrução. São zonas que inicialmente estão dedicadas para atividades de

produção ou inclusive de proteção ecológica que o governo local as coloca dentro do limite urbano, mas sob pressão por novas áreas de moradia. Essas áreas geralmente estão desabitadas ou ocupadas por poucos camponeses aos que a urbanização tem ido incorporando e modificando seu território passando de maneira forçada a formar parte da área e da vida urbana, mesmo estando ainda afastados das áreas consolidadas. Sobre isso Soja manifesta que Nesse processo se envolvem também o resto de atores sociais como proprietários fundiários e promotores imobiliários como donos e especuladores dessas terras, que por meio do Estado procuram legalizar as novas áreas para urbanização.

POLÍTICAS E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Ao falar de legalização é imprescindível trazer o tema que origina esta política estatal, e que sem dúvida cria ou modela o espaço urbano como são as invasões ou a ocupação informal do solo. Quito é um grande exemplo de como se consolidaram e continuam a se consolidar até hoje os assentamentos populares sob esse mecanismo. No trabalho de Paulina Mena realizado em 2010, se recolhe como funciona em Quito este sistema que envolve também ao resto de atores sociais do urbanismo, principalmente o estado. As invasões ou assentamentos informais derivam-se principalmente do escasso interesse dos promotores imobiliários formais, privados ou estatais pela habitação popular, os quais nunca se preocuparam por conformar ou desenvolver uma oferta adequada e acessível de solo urbano para os grupos sociais de ingressos baixos ou instáveis, que tem devido resolver sua problemática de moradia fora do mercado (ROJAS, 1989 *apud* MENA, 2010. p. 11).

Examinando a percepção dos atores sociais podemos notar que no processo de urbanização, eles não agem de forma isolada, senão que existe uma interação para beneficiar principalmente entre os quatro primeiros. Os grupos sociais excluídos por outro lado, resistem e se acomodam a este processo que produz desigualdades no seu objetivo de conseguir moradia e acesso a serviços. Lobato resume essa interação da seguinte forma: “A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, intensificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 1989, p.22).

Formas produzidas no espaço urbano que originaram Quito na contemporaneidade Todas as relações e atividades realizadas pelos agentes que produzem o espaço geram usos do solo específicos ou não, que se materializam no espaço urbano através de diferentes formas

que vão mudando e adequando-se à época ou fase econômica da cidade e que modelaram o Quito que atualmente conhecemos e tentaremos analisar. Corrêa (1989, p. 36-76) faz uma interessante descrição das características dessas formas espaciais e de como essas foram produzidas através da ação do que ele chama processos espaciais que representam a força que traduz as relações sociais em formas espaciais da cidade, podendo se produzir indistintamente, sem nenhuma ordem específica ou ao mesmo tempo.

Esses processos espaciais trasladados à realidade de Quito passando rapidamente de como se produziram até chegar à situação atual são os seguintes: a) Centralização e a área central; b) Descentralização e os núcleos secundários; c) Coesão e as áreas especializadas; d) Segregação e as áreas sociais; e) Dinâmica espacial da segregação; f) Inércia e as áreas cristalizadas. Os diferentes usos do solo no espaço em geral têm um núcleo de organização que é inicialmente o centro da cidade. Em Quito, esse processo de centralização, desde os primeiros anos até a atualidade, teve essa funcionalidade principalmente política e administrativa mesmo que atualmente essa função centralizadora seja compartilhada com outras áreas.

A área central de Quito se caracterizou por ter sido formada sobre onde tinha sido a cidade Inca e desenhada como a típica cidade latino-americana, (ainda mais colônias espanholas) com uma praça cujos quarteirões ao redor foram residências dos generais fundadores espanhóis, os quais foram mudando sua função para ser sede da catedral que leva por nome Igreja de São Francisco, a casa da prefeitura ou município, a casa presidencial também conhecida como “Palácio de Carondelet” e para moradia das autoridades religiosas, situação que continua da mesma maneira. A diferença de muitas cidades que se desenvolveram mediante a indústria, como o caso das grandes cidades localizadas ao nível do mar onde a infraestrutura do porto desenvolveu um centro sede das operações produtivas e comerciais produzidas pela ação dos proprietários dos meios de produção, em Quito o centro representou mais aquela função administrativa como núcleo de decisão política da cidade e posteriormente do país.

Mesmo não compartilhando a origem da área central com outras urbes, nem do efeito centralizador da indústria reforçado pelos meios de transporte que por suas características rígidas como trilhos, obrigavam à aglomeração, esta adquiriu características similares no entorno, ao ser uma zona comum que concentrava a maioria de atividades de gestão, comerciais, artesanais e de serviços, que se caracterizaram pelo aparecimento de oficinas, mercearias, depósitos, que foram atraindo ao consumidor, tanto no centro como nas

imediações ou periferias centrais desenvolvendo um uso intensivo do solo e uma concentração de atividades principalmente diurnas.

Desse modo o preço do solo no centro se elevou e era ocupado principalmente por aqueles com a capacidade de cobrir os gastos que representava morar ou exercer alguma atividade comercial nas suas imediações, além das mais importantes autoridades e da Igreja que tem uma presença muito importante até hoje no centro da capital com monastérios, templos e conventos. Em outras palavras morar no centro representava status e símbolo de poder dos primeiros grupos dominantes na cidade, enquanto conforme ia se afastando do centro, achavam-se as moradias da classe média representada pelos “criollos” filhos de espanhóis nascidos na América e depois os indígenas em terras que se misturavam com propriedades de verão das autoridades e burguesia, (ACHIG, 1983. p. 53) no que era uma segregação concêntrica similar à maioria de cidades sejam estas pré-capitalistas ou inicialmente modernas.

Essa segregação também se notava nas casas do centro, pois os donos ou nobres ocupavam a partir dos andares superiores e locais frontais das casas enquanto que deixavam para abaixo e atrás aos serventes ou empregados geralmente sob condições sanitárias ruins. As atividades comerciais no centro principalmente representaram ao setor terciário. Quito ao não ter uma característica fabril importante consumidora de espaço, permaneceu por muito tempo ocupando a terra de uma forma não intensiva, se expandindo conforme a pressão demográfica que a época demandava, tal como pode se observar nas Figuras 1 e 2 as referências físicas eram no sul a “loma” (morro) do Panecillo e ao norte a Praça da Alameda.

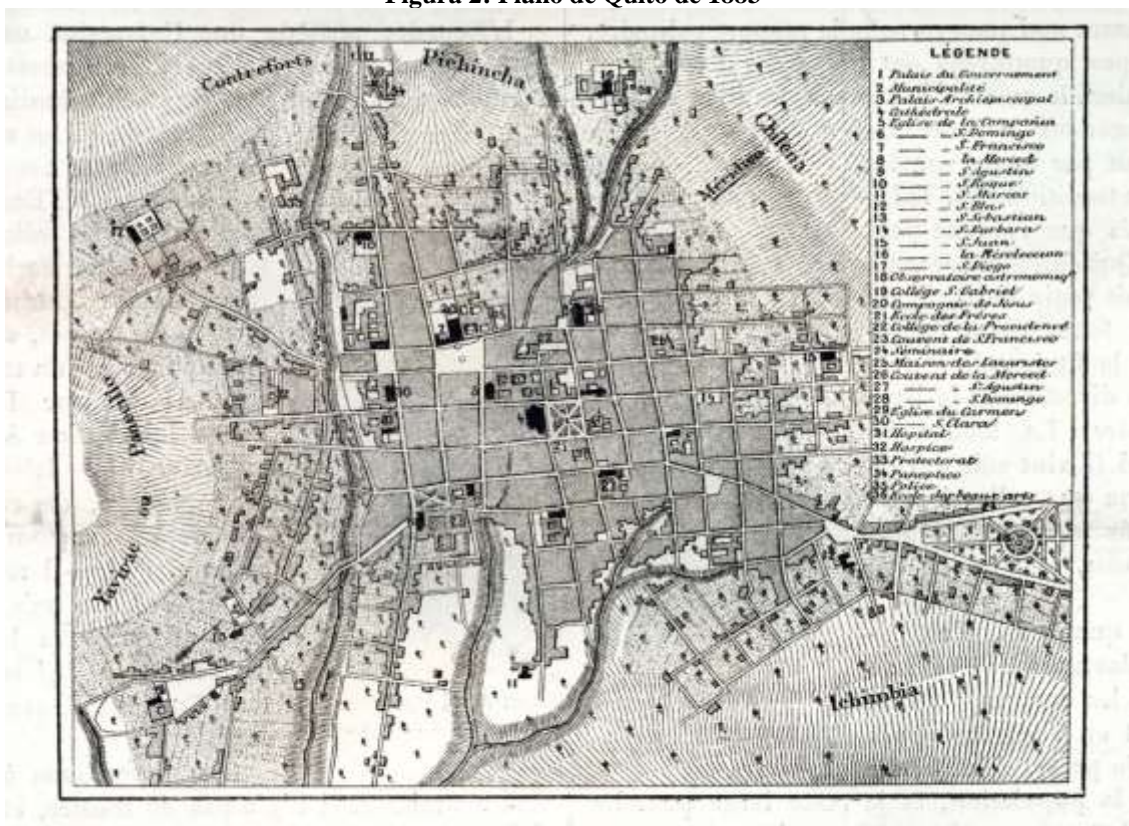
Um primeiro momento importante de expansão urbana em Quito se dá a partir dos anos 1900 quando a cidade experimentou um primeiro processo de Descentralização e aparecimento de núcleos secundários, o qual não foi um processo dirigido pelo capital industrial, senão uma descentralização do capital comercial ligado ao deslocamento realizado pelas classes dominantes que mudaram suas moradias ao norte da cidade como consequência da saturação do centro pela chegada dos movimentos migratórios. Desde essa época começa uma tendência em duas direções, os assentamentos populares pelo baixo valor do solo e a relatividade proximidade ao centro urbano localizaram-se nos morros ou encostas da cordilheira, enquanto aqueles bairros considerados residenciais foram até as planícies em direção centro-norte (PAZ Y MIÑO, 1960 *apud* GOETSCHER, 1992, p. 335).

Figura 1: Plano de Quito de 1748



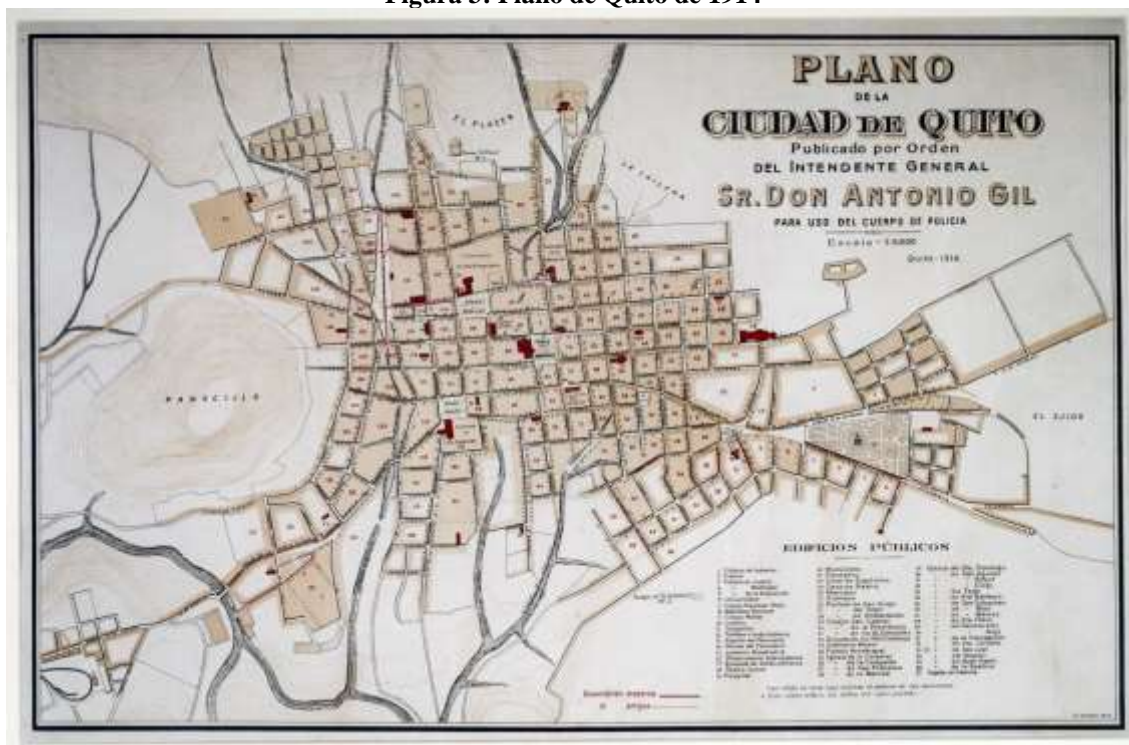
Fonte: Secretaria de Território, Habitat y Vivienda de Quito.

Figura 2: Plano de Quito de 1883



Fonte: Secretaria de Território, Habitat y Vivienda de Quito.

Figura 3: Plano de Quito de 1914



Fonte: Secretaria de Território, Habitat y Vivienda de Quito.

Figura 4: Plano de Quito de 1923



Fonte: Secretaria de Território, Habitat y Vivienda de Quito.

As formas de produção de residência no norte foram principalmente aquelas promovidas pelos proprietários privados dos terrenos que tinham sido antes pequenas fazendas ou florestas que rodeavam a cidade. A forma de agir de esses primeiros promotores imobiliários foi trasladar-se eles em primeiro lugar para as zonas onde tinham as suas residências de verão e depois fracionavam os terrenos. Ali para promover as vendas traçavam como delimitação as ruas ou estradas e era a prefeitura que consolidava o processo de expansão ao construir essas rodovias e dotar de serviços. O sistema se manteve enquanto as

zonas não eram extensas e os “primitivos” promotores imobiliários contavam com uma forte representação na prefeitura.

A prefeitura de Quito, historicamente agiu como um aliado ou representante das elites da cidade, desenvolvendo um papel que estratificava a população. Segundo Chalco, a origem das primeiras diferenciações ou segregações socioeconômicas que estão representadas no espaço urbano da cidade atual aconteceu nos finais do século XIX, quando o centro de Quito ficou saturado para as elites tornando-se impossível a convivência nesse lugar pela ‘contaminação social’ segundo eles, por tanto, decidiram sair e ocupar permanente as suas residências de final de semana e deixar o centro como uma espécie de fronteira entre eles e os bairros populares que começaram a formar-se desde as colinas do centro da capital equatoriana (CHALCO, 2011. p. 131).

A EXPANSÃO DO SÍTIO URBANO DE QUITO

Neste deslocamento das elites desde o centro ao norte, a Prefeitura cobriu todos os custos de habilitação do solo (dotação de serviços básicos, construção de estradas e calçadas, etc.), enquanto que a expansão da cidade e a formação de bairros populares perfeitamente diferenciados estiveram ligadas à formação de comités, os mesmos que junto com a sua criação, também exerceram pressão social para conseguir melhorias e solução aos seus problemas tanto de serviços básicos assim como de transporte e saneamento.

Para as elites, basicamente setores de proprietários fundiários, a saída do centro esteve guiada por um desejo de diferenciar territorialmente as brechas sociais que iam tomando formas capitalistas. Mas como aconteceu e acontece quando se trata de um deslocamento por parte desses grupos dominantes, essa descentralização não significou que eles deixaram de obter benefícios ou renda por seus antigos prédios. Assim a lógica econômica ideou novos mecanismos para obter rentabilidade da terra ao alugar os mesmos para residências das classes populares ou estabelecimentos comerciais. “A intensificação do uso do solo urbano por parte dos setores mais pobres permitiu aos setores dominantes beneficiar-se da renda desses bens em décadas posteriores (CHALCO, 2011, p. 132).

O núcleo se manteve com atividades políticas e administrativas do governo central e municipal, assim como uma forte presença da Igreja, que hoje em dia ainda é fácil perceber principalmente pela presença de templos e monastérios. Além disso, ficaram no lugar atividades de negócio menores ligadas ao setor terciário. Entre as Figuras 3 e 4 podemos ver como se manifestou esse momento de expansão.

Já em 1940, Carlos Andrade Marín, prefeito da época elaborou um informe no que assinala os inconvenientes da prefeitura financiar todas as obras levadas a cabo pelos empresários: “*Os proprietários de terrenos traçaram estradas, parcelaram e venderam em*

lotes com grandes ganancias sem nenhum plano, higiene e asseio. O organismo teve a tarefa de pavimentar essas ruas, colocar calçadas, dotação de água, luz, etc, em outras palavras urbanizar o que a iniciativa privada guiada pelo negócio tinha querido transformar em cidade. Esta ganancia devia vir de algum esforço do proprietário e não aguardar a cidade crescer para obter lucro e logo usar à prefeitura para terminar a obra que deve ser para todos e não para estes proprietários só” (ACHIG, 1983. p.56).

Pouco depois em 1946 se estabeleceria a Lei de Regime Municipal, a qual determinava um nexos entre os requerimentos contemporâneos de racionalização do crescimento da cidade e dos recursos com a tradição colonial. Planteava aquela lei as obrigações que tinham os cidadãos quando se beneficiavam com obras realizadas pela prefeitura e com a que se conseguiu fazer gratuitamente algumas atividades em bairros como San Juan, San Roque, El Dorado e La Floresta.

A outra forma de iniciativa imobiliária para aquele segmento da população com menor renda era aquela que vinha em associação com o Estado central representado mediante o Seguro Social e as Caixas de Previsão Goetschel cita como a Caixa de Pensões empreendeu na formação de novos bairros: de 1938 a 1945 formou o bairro Bolívar com 217 casas; de 1943 a 1945, Belisario Quevedo com 116 casas; de 1950 a 1955 San José na Magdalena com 162 casas; em 1956 forma o bairro La Gasca; de 1957 a 1958, o bairro Hermano Miguel com 129 casas (GOETSCHHEL, 1992, p. 335). A Caixa do IESS estabeleceu os seguintes bairros: Méjico em 1938 com 257 casas; o Alvarez em 1938 com 25 casas; los Andes em 1945 com 14 casas; o bairro Rocafuerte em 1944 com 16 casas; la Villa Flora de 1948 a 1958 com 758 casas; la Recoleta em 1948 y 1955 com 22 casas, algumas das quais foram coletivas; o bairro militar Atahualpa no Pintado (PAZ Y MIÑO, 1960 *apud* GOETSCHHEL, 1992, p. 335).

Como veremos a seguir cada um desses bairros esteve destinado para um tipo de população, por tanto, não se pode desconsiderar o Estado como um agente também responsável pela segregação e desigualdade presente na cidade, mesmo não atuando diretamente em alguns casos e sim em outros como na localização dos serviços básicos, serviços médicos, estéticos, higiênicos e principalmente no que se refere ao zoneamento urbano. Os primeiros setores em consolidar-se como zonas residenciais das classes medias e altas, foram os bairros: Larrea, América, Belisario Quevedo, Mariscal Sucre, Colón, Batán, Ñaquito, etc. Enquanto que no outro caso temos, zonas representando assentamentos ou bairros populares como: Aguarico, La Colmena, La Tola, La Libertad, San Juan, a antiga Floresta, El Dorado, a cidadela Méjico, etc; os quais por muito tempo careceram de serviços públicos indispensáveis.

A descentralização tem a particularidade que não é um processo espacial que se produz instantaneamente senão que podendo acontecer geralmente por partes e sob um critério de seletividade (CORRÊA, 1999, p.49). É comum que numa indústria se descentralize a parte consumidora do espaço correspondente às instalações ou maquinaria e que a sede administrativa fique na área central pelo tema de se encontrar na área de administrativa e de gestão da cidade, mas o critério que mais prevalece, e que não deixa de ser diferente em Quito é aquele que analisa o território no qual vai ter maiores benefícios, levando a consideração fatores como conectividade ou vias, sistemas de transporte, nível de renda e nível de consumo da população.

É por isso que mais que uma descentralização como tal, o que aconteceu na cidade foi o aparecimento de núcleos secundários ligados ao capital comercial, enquanto que no referente ao capital industrial, a diferença das cidades capitalistas modernas incluindo algumas cidades brasileiras que pela falta de espaço para expansão tiveram que deslocar fábricas, materiais, mão de obra, entre outros, deixando as sedes da empresa dentro do núcleo central da cidade; em Quito esses núcleos já nasceram descentralizados e sem nenhuma conexão com a área central.

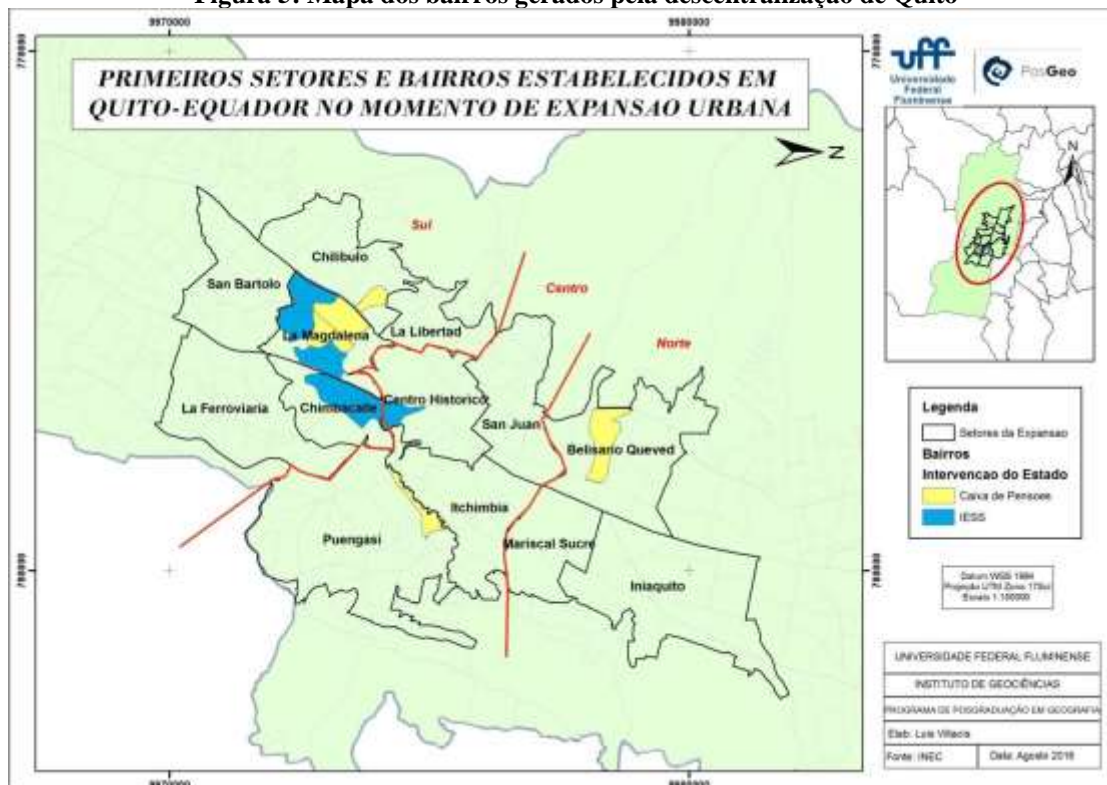
Fatores físicos como a geomorfologia, declividades entre outras fizeram que as indústrias já nascessem apartadas da área central e em lugares com vantagens para o seu funcionamento, por exemplo, o assentamento das primeiras indústrias no Sul de Quito, que se colocaram próximos ao rio para jogar resíduos a serem vertidos no rio Machángara gerados nas suas atividades. Distante da área central tem também um maior controle da terra, principalmente no caso de ter projeto expansão. Exemplos em Quito são a instalação da fábrica de lácteos como a “Pasteurizadora Quito” ao Sul, assim como indústrias de madeira, aço, etc.

Um dos primeiros lugares que exemplificam essa categoria foi o setor de Chimbacalle, bairro operário conformado a partir da venda e parcelamento da fazenda Chiriacu a pedido dos trabalhadores e beneficiando mais de dois mil famílias (GOETSCHER, 1992, p. 328). Chimbacalle foi até os anos 1960 foi o extremo Sul da cidade com sua estação do “ferrocarril”, contribuindo para as indústrias tanto para a obtenção de insumos como para a comercialização. Inaugurado em 1908, a estrada de ferro iniciou um intercambio intensivo de produtos com a região costeira do Equador, isso exerceu atração então para que se termine de consolidar como ponto de assentamento para as incipientes indústrias no Sul de Quito, exercendo na época como motor econômico da capital do Equador.

O primeiro bairro operário construído e fundado como parte de uma política da Prefeitura foi La Loma nos anos de 1930. A política dos bairros operários, além de fazer parte duma política de assistência ao setor, correspondia a uma estratégia de segregação espacial e residencial levada a efeito por todas as administrações municipais e avaliada pelos planos reguladores da época (Plano apresentado pelo Ing. Eduardo Pólit Moreno em 1939 e do urbanista uruguaio Jones Odriozola em 1942, entre outros) (ACHIG, 1983, p. 58-62). Mediante análise desses planos podemos notar como desde aquele tempo existia uma tendência desagregadora desde o planejamento da prefeitura da cidade. Exemplo é que se estabeleceram urbanizações de primeira segunda e terceira classe; assim como normativas para os tipos de construção (3-5 metros de retiro ao norte, enquanto que para o sul não se determinou ou normatizou uma medida para o retiro entre prédios). As obras e a atenção voltadas principalmente para o saneamento e serviços básicos dissimulavam e fizeram com o tempo que essa tendência de separação seja menos evidente.

No informe do prefeito Jijón no ano 1946, se corrobora esse zoneamento de dividir a cidade entre zonas de primeira classe e outras, sob a justificativa de assistir aos pobres, “evitando conflitos que perturbem a paz social e a de separar aos setores trabalhadores dos perigosos” (GOETSCHEL, 1992, p. 330). Na prática, muitos dos bairros planejados como operários, como o caso da Villaflora e Alpahuasi, se converteram em moradias para empregados e afiliados ao Seguro Social, já que os preços não estavam ao alcance dos setores mais populares. Embora esses pequenos desencontros, o zoneamento proposto desde o Estado reforçou a separação iniciada pelos grupos dominantes de Quito e continuou nos anos posteriores e atuais acompanhando uma expansão urbana em diferentes sentidos sob um critério de divisão entre o norte o e sul, com características capitalistas (GOETSCHEL, 1992, p. 329).

Figura 5: Mapa dos bairros gerados pela descentralização de Quito



Fonte: INEC, 2016. Elaborado pelo autor.

O espaço urbano de Quito modelou-se, então, de acordo a essa lógica que se reafirmou com as ondas de migração chegadas à capital expandindo ainda mais fisicamente a cidade, as quais estão relacionadas com o acontecido no contexto nacional. Por um lado, a crise do setor agrícola da Costa equatoriana, na que foram demitidos trabalhadores das indústrias do cacau e café, enquanto que na Serra, as condições de sobre-exploração impulsaram a muitos trabalhadores a deixarem o campo. Pouco depois, de uma forma indireta a Reforma Agraria incrementou esses traslados à cidade, já que os ex huasipungueros foram deslocados das terras férteis e outros fazendeiros os demitiram preferindo suspender a produção por temor a perder suas propriedades (ACHIG, 1983, p. 23).

Uma das formas como avança a expansão urbana na qual intervém diretamente o estado é por meio da construção de rodovias, um caso que está documentado no trabalho de Ana Paula Goetschel e que vale a pena destacar foi a Lei de “Conscrição Rodoviária” de 1944 decretada pelo então presidente do Equador José María Velasco Ibarra, a qual consistia em que todos aqueles homens de entre 21 e 50 anos de idade com exceção dos operários de fabricas e minas, membros do exército e a polícia, inválidos ou estrangeiros e quem se exonerem mediante o pago do doble do valor correspondente salario, trabalhar quatro dias no ano em obras públicas das suas respectivas parquias com o objeto de construir, melhorar e

conservar aqueles caminhos que não houvessem sido declarados de caráter nacional. Desse jeito a partir de 1946 em Quito foram construídas a maior parte das obras de vias próximas à área urbana consolidada.

Algumas dessas obras beneficiaram às comunidades principalmente as cabeceiras paroquiais pelas relações diretas que mantinham com a cidade, sejam de tipo comercial, de educação entre outras pelo que o trabalho era feito de agrado pelos conscritos rodoviários que viam na integração oportunidades de desenvolvimento, mas ocorreram resistências na medida em que houve aqueles que eram promovidos por proprietários de fazendas ou terras em procura de benefícios particulares, mesmos os que foram rejeitados pela população, aqueles que discordavam daquele trabalho porque tirava o seu tempo de suas atividades comuns e pessoais, ou aqueles que consideravam que aquelas obras não eram do interesse da comunidade como o caso do aumento da extensão das rodovias de Píntag que foi rejeitado violentamente pelo povo (GOETSCHER, 1992, p. 332).

Outros fatos como a ampliação dos meios de transporte, as comunicações, o sistema escolar, reafirmaram essa “separação” da cidade, já que como se mencionou anteriormente, houve tratamentos diferenciados dependendo da zona da urbe. Isto desembocou logicamente numa divisão mais profunda em virtude dos custos do solo, pelo que é fácil distinguir hoje em dia bairros com ruas amplas, avenidas separadas por árvores, parques e infraestrutura de lazer ao norte, em pro da construção da “cidade jardim” planejada pela prefeitura e que contrastava ou contrasta com a maioria dos bairros do sul.

Essas medidas e obras mostram claramente o objetivo de solucionar o problema de moradia unicamente os setores médios, e o interesse de orientar o economizar para moradia e não a outros setores dinâmicos da produção, em razão de que, a construção de moradia, constituía a atividade econômica mais rentável, de menos riscos e que possibilita um maior efeito multiplicador sobre atividades complementarias de equipamento urbano e equipamento da moradia, o qual favorece o ingresso de multinacionais encargadas desses negócios assim como de assistência técnica, originando uma problemática social nova e de extorsão, a sociedade de consumo e o endividamento vitalício (ACHIG, 1983, p. 70).

Em Quito, essa assistência técnica também se transformou em uma das ofertantes diretas de moradia com ajuda dos grupos dominantes locais, esse foi o caso do financiamento de residência ao longo prazo por parte de Mutualista Pichincha, a qual estava associada à companhia estrangeira International Construcion (CHALCO, 2011, p. 135). Além do investimento vindo do exterior se exerceu uma forte influência inclusive nas formas de construção externas e internas que até o momento eram pouco utilizadas na cidade e país; de

ali a necessidade de desenhar salões, ante salões, áreas de comida, cozinha ampla onde tenha espaço para instalar toda classe de artefatos elétricos que são precisos adquirirem, o que obriga as famílias a ingressar ao mercado de consumo gerando assim um endividamento permanente. Essa influência é explicada por Achig:

O ingresso de capital e tecnologia estrangeiros em associação com pequenos capitais nacionais à indústria da construção e utilizando uma massiva campanha publicitária tendente a orientar qualquer poupança à moradia própria e à construção, sendo o único mecanismo que, sem maior risco e com grandes lucros, possa assegurar a permanência do modelo de dominação, dependência e exploração na nova fase de penetração imperialista através do capital e tecnologia. Mas no caso da construção se suma um aspecto muito importante: a penetração das formas de desenho, decoração, distribuição da área de construção, todas elas pouco comuns às necessidades e recursos da família equatoriana (Achig, 1983, p. 68).

Sob essas perspectivas de intensiva atividade construtiva, o setor imobiliário em Quito caiu em um monopólio, tanto no que tange aos materiais da construção (especialmente ferro, cimento e ladrilho), como no concernente ao financiamento das obras (ação das mutualistas e da empresa privada); o qual desatou toda uma cadeia de especulação de preços, absorção das grandes às pequenas empresas construtoras (ex. R.E.V., L.E.S.S., Granda Centeno, Sevilla y Martínez y outras), escassez fictícia e acumulação de materiais de construção, elevação do valor das construções e, em geral, o fato da construção ficar supeditada ao poder de umas poucas empresas construtoras e do capital monopólico internacional.

As causas desse crescimento incontrolado da área construída em Quito e do monopólio de materiais e formas de financiamento da construção são múltiplas e complexas e se inscrevem diretamente nos interesses da classe dominante local e dos requerimentos do novo modelo de dependência internacional, os quais arbitram uma série de medidas tendentes a orientar uma parte de uma relativa economia gerada pela poupança da sociedade, - especialmente no setor burocrático (que durante o período experimentou um significativo aumento de salários, assim entre 1960-62 se incrementou em 8.1%, e em 1964-66 em 23.9%) - à construção e dando facilidades para o endividamento familiar na perspectiva da casa própria (ACHIG, 1983, p. 76).

O setor contou com mão de obra abundante e barata, e com uma serie de incentivos e exonerações do Estado tendentes a elevar os lucros dos empresários. A oferta de mão de obra se apresentava em forma crescente por efeitos da migração e porque a construção em sim constituía uma atividade que não requeria alta capacitação nem grande experiência profissional. Por esta razão o custo dessa força de trabalho era bastante baixo, não se levando em conta prestações sociais, estabilidade e demais garantias laborais (ACHIG, 1983, p. 76).

Estas condições impulsionaram a política de estender o perímetro urbano da cidade, mas mantendo o modelo de segregação sócio econômica anterior tendente a consolidar “a cidade jardim” da zona norte. Assim, em outubro de 1957, a paróquia de Cotocollao é elevada à categoria de urbana, e posteriormente, em novembro a paróquia El Inca. Desse modo se favorecia os interesses dos proprietários fundiários que tinham pequenos sítios, quintas e terrenos no interior dessa nova delimitação, toda vez que a prefeitura nada fez por regular o preço de terra, estimulando o processo especulativo (ACHIG, 1983, p. 69).

Ao se produzir esse crescimento da cidade, conseqüentemente aumenta a distância entre a área central e as novas áreas residenciais pelo que as empresas ao ver um novo mercado se descentralizam também criando sucursais. Essas filiais dependendo do grau ou intensidade com que aparece tendem a acabar com as pequenas economias representadas pelas lojas ou “mercearias de bairro”. Mesmo existindo ainda algumas que resistem, essa é a estratégia sob a qual se estruturam as grandes correntes de lojas que posteriormente se agrupam centros comerciais ou shopping centers. Desse modo os núcleos secundários passaram a tomar características mais específicas e já não são industriais só, senão também comerciais, residenciais entre os mais importantes.

Na tentativa de controlar esse processo de crescimento urbano que avança mais rápido que as ações estatais, a prefeitura continua a intervir mediante a elaboração de planos que fazem ênfase nos zoneamentos, porém visando incorporar variáveis sociais. Em 1964, na Prefeitura de Quito, pela primeira vez é criada uma unidade ou departamento independente para o planejamento e as obras, a qual entre uma das suas ações esteve o planejamento do centro administrativo e de governo que teria a cidade. Esta comissão (conformada por representantes de setores dominantes) estabeleceu os eixos nos quais deveria se começar a trabalhar: a) O Centro Histórico da cidade; b) O Sistema rodoviário; c) O Zoneamento da cidade; d) A compilação de ordenanças e regulamentos que se aplicavam nessa época; e, e) Iniciação de anteprojetos de planos reguladores de algumas paróquias e do município.

Elabora-se o Plano Diretor de 1967, com o objetivo inicial de identificar a problemática urbana de Quito em termos socioeconômicos e inscritos no contexto da realidade equatoriana, mas na medida em que o estudo avançava, esse caráter começou a diluir-se até concluir em recomendações de tipo eminentemente físico, sem transcendência e orientadas a procurar uma relativa autonomia de distritos, zonas e setores nos quais previamente se divide a cidade. No final as metas propostas não se cumpriram e o pouco que se conseguiu implementar, serviu para consolidar a segregação social no espaço (ACHIG, 1983, p. 68).

Em 1973, se desenvolveu o “Plano de Área Metropolitana de Quito”, o qual planteou um modelo de expansão urbana sob uma concepção regional da cidade, já que até esse momento se tomou e se planejou tomando Quito especificamente em sua parte urbana enquanto com esse plano se incorporaram e consideraram as áreas de influência fora dessa área urbana e as relações que com ela mantinham. As propostas incluíram uma desconcentração industrial e o desenvolvimento das cidades satélites. As limitações deste plano se fizeram evidentes ao não considerar dois fenômenos que se manifestaram paralelamente: por um lado, o problema do aparecimento e proliferação de assentamentos informais nas zonas fora do limite urbano e por outro, a especulação do solo urbano – que se revelou com o incremento do preço da terra em mais de 7 vezes (CARRIÓN Y VALLEJO, 1994 *apud* Mena 2010, p.28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar queremos partir de uma colocação que achamos que assim quanto resume, exemplifica o processo urbano de Quito apresentado neste trabalho, como é a de Rubén Utría recolhido por Achig quem se manifesta da seguinte forma: Junto a uma inegável influencia que exerce o clima, os acidentes geográficos e certos determinantes históricos, são as formas de produção e de apropriação dos recursos produtivos, assim como as instituições e relações sociais e políticas que se derivam delas, os fatores que determinam o esquema de ocupação do território, os padrões de assentamento e de incorporação dos recursos naturais, o balance entre o homem e a natureza e em geral, todos os rasgos chaves da estrutura espacial do desenvolvimento.

É precisamente esse o caso de Quito que apresenta particularidades como ser na América Latina uma das poucas capitais de país localizadas na altitude na cordilheira dos Andes e pelo qual seu crescimento físico se viu limitado por dois sistemas montanhosos refletido em uma forma longa e estreita. Adicionalmente seu passado como importante assentamento pré-hispânico que lhe outorgou historicamente uma especialidade administrativa mantida até hoje; mas foram as interações entre os agentes sociais vistas no primeiro capítulo as quais marcaram e continuam a marcar esse processo de produção de espaço urbano que se manifesta com diferentes intensidades segundo a realidade ou fase econômica social local, do país, e na atualidade também internacional.

Assim, podemos dizer que a diferencia de muitas cidades, em Quito a indústria não jogou um rol determinante capaz de imprimir características ao processo urbano, mas sim foi

o ser sede administrativa e lugar de retorno do capital comercial vinculado à produção e exportação do campo equatoriano.

Podemos dizer também que o padrão de ocupação que a cidade manteve vem da herança que deixou o primeiro processo de descentralização, que foi liderado pelos primeiros grupos de poder na cidade a causa da saturação do centro. Esse primeiro momento de expansão desenvolveu infraestruturas com preferência ao setor norte, onde com o aval dos seus representantes na Prefeitura, os proprietários fundiários e promotores imobiliários participaram da modelagem do mercado formal do solo dirigido principalmente aos grupos com capacidade de pago ou demanda solvável de moradia. O Estado participou também ativamente dessa lógica com políticas de estabelecimento dos primeiros bairros operários no sul e financiamento para programas de moradia popular e de bairros de classes médias.

A respeito dos grupos sociais que são parte da demanda não solvável de terra e moradia que não é atendida pelo setor formal, se localizaram em direção das partes altas e declividades das colinas que rodeiam Quito, enquanto que nas periferias é sob o mecanismo das invasões ou assentamentos informais que conseguem se integrar à urbe. Aquilo tem desenvolvido uma espécie de círculo vicioso entre o aparecimento do assentamento informal e sua posterior legalização, justificando dessa forma a presença do Estado em favor desses grupos, mas sem ações concretas por intervir no mercado do solo ou com verdadeiras políticas de acesso a moradia. Grande parte desses grupos sociais provem geralmente das migrações do interior do país e também de países vizinhos.

Uma consideração importante neste ponto representa os grupos sociais do segmento dos grupos históricos indígenas moradores em comunas sob o sistema de propriedade coletiva da terra. Eles ao contrario tem garantido seu acesso a residência, mas são vítimas do avanço do processo urbano no que se refere à perda de identidade, à pressão das novas gerações por se considerar como bairros o qual vai dificultando essa forma de organização tradicional em áreas que de a pouco vão tomando características metropolitanas. Esse processo se dá principalmente em áreas que administrativamente são conhecidas como paróquias rurais, mas que como vimos claramente tem sido influenciadas pela produção de espaço urbano num claro indicio de metropolização e que tem gerado conurbacões e novas sub-centralidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIG, Lucas. El Proceso Urbano de Quito (Ensayo de Interpretación). Quito: Centro de Investigaciones CIUDAD, 1983.

ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE. CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR. Montecristi, 2008

CARRIÓN, Fernando. El financiamiento de los centros históricos de América Latina y El Caribe. Quito: Editora. FLACSO-LILP, 2007.

CECEÑA Ana. AGUILAR Paula. MOTTO Carlos. Territorialidad de la Dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007

CHALCO, Soledad. Quito, una ciudad fragmentada y excluyente. Artigo publicado em Ciudadanía y clases medias. Quito: ISSN, Editorial Malaidea, 2011.

DE OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil. Artigo publicado em Caderno de Debates 2. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fase – Solidariedade e educação, 2013. (Texto original 1982)

DISTRITO METROPOLITANO DE QUITO. Plan Metropolitano de Ordenamiento Territorial 2012-2022. Quito, 2012.

GOETSCHEL, Ana María. Hegemonía y Sociedad (Quito: 1930-1950). Artigo publicado em Ciudades de Los Andes. Visión Histórica y Contemporánea. Quito: Centro de Investigaciones CIUDAD, Editora IFEA, 1992.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida; SOARES, Daniel Araujo Sombra. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém. Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, Málaga, v. 39, p. 1-17, 2018.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HARVEY, David. Espacios del capital. Hacia una Geografía Crítica. Madrid: Editora Akal, 2007.

IANNI, Octavio. Imperialismo na América Latina. Editora Civilização Brasileira, 1974.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. Artigo publicado em Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Artigo publicado na Revista de Geografia Norte Grande vol.39. Santiago de Chile, 2008.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. Artigo publicado na revista GEOgraphia vol.1. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

LOBATO CORRÊA. Roberto. O Espaço Urbano. Rio de Janeiro: Editora Atica, 1989.

MENA, Paulina. Regularización de los Asentamientos Informales en Quito: análisis de las Políticas Públicas. Quito: Tesis de Maestría en Ciencias Sociales, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2010.

QUIJANO, Aníbal. El Fantasma del Desarrollo en América Latina. Quito: El Desarrollo de la Globalización, Alberto Acosta, 2000

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia. Sao Paulo: Hucitec, 1988.

SENPLADES. Plan Nacional del Buen Vivir 2009-2013. Quito, 2009

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

SOARES, Daniel Araujo Sombra; LEITE, Alegria dos Santos; LOBATO, Mateus Monteiro. Estado e capital: subsídios para a compreensão analítica do protagonismo do Estado brasileiro no rearranjo espacial da América do Sul. Revista Geoamazônia, Belém, v. 4, n. 7, p. 47-77, jan./jun. 2016.

SOJA, Edward. Posmetróplis. Estudios Críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Editora Traficantes de Sueños, 2008.

SIPAE (Sistema de investigación sobre la problemática agraria en el Ecuador), INSTITUTO DE LA CIUDAD Sistemas Rurales Urbanos en el DMQ. Quito: Instituto de la Ciudad, 2013.

VALLEJO, Raúl. Petróleo, JJ y utopías: cuento ecuatoriano de los 70 hasta hoy. Artigo publicado na revista Kipus – Revista Andina de Letras. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Corporación Editora Nacional, 1996.

VALLEJO, René. Quito: capitalidad y centralidades. Artigo publicado na revista Centro H. Quito: OLACCHI (Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos), 2008.